

Wikileaks: liberdade para a comunicação, desafio para a diplomacia¹

Izabella Virissimo LIMA²

Mirna TONUS³

Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG

RESUMO

A atividade diplomática necessita que certas informações sejam deixadas em segredo para que haja sucesso em suas negociações estatais. O Wikileaks surge como ameaça a essa forma secular de diplomacia, ao tentar mostrar que é possível fazer a democracia ser implementada na sociedade por meio da comunicação e da liberdade de expressão. As Relações Internacionais encontram, assim, seu maior desafio e, ao mesmo tempo, sua maior interação com a comunicação, especialmente com o jornalismo investigativo. O objetivo deste artigo é fazer uma reflexão sobre as implicações diplomáticas das ações de Julian Assange, com base em pesquisa documental, e apresentar o impacto de suas ações nas mídias sociais, por meio de ferramentas de monitoramento.

PALAVRAS-CHAVE: diplomacia; Wikileaks; democracia; comunicação; relações internacionais.

Introdução

As tecnologias mudaram os meios pelos quais a informação é comunicada. Com a transformação no horizonte da informação, proporcionada pela Revolução Digital, que ampliou de forma nunca vista o armazenamento de documentos e sua disponibilidade ao divulgá-los na internet, a facilidade de acesso às informações se tornou uma realidade mais próxima a um número maior de pessoas. Blogs, sites, mídias sociais e mecanismos de busca são demonstrações significativas de que a sociedade tem utilizado a internet como meio de obter e veicular informações e de consultar documentos que lhe sejam úteis e necessários.

Esta nova realidade, entretanto, apresenta consequências que se chocam com a privacidade de empresas e com o sigilo tradicional das comunicações diplomáticas (LAFER, 2011).

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática Estudos Interdisciplinares, da Intercom Júnior – VII Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig).

² Estudante de Graduação da disciplina de Tecnologias da Comunicação do curso de Comunicação Social: Habilitação em Jornalismo da FACED – UFU e cursando o 4º. semestre do Curso de Relações Internacionais do IE-UFU, email: izabelavlima@hotmail.com

³ Orientador do trabalho. Professor do Curso de Comunicação Social: Habilitação em Jornalismo da FACED-UFU, email: mirna@faced.ufu.br

O site Wikileaks é uma organização midiática que não visa a lucros. Ele realiza um trabalho que proporciona maior atuação do jornalismo investigativo, combinando tecnologia com princípios éticos. O objetivo da organização é levar notícias e importantes informações ao público, de forma inovadora e segura àqueles que serviram de fontes aos jornalistas. A organização transnacional, com sede na Suécia, é composta por jornalistas, programadores de softwares, engenheiros e matemáticos do mundo inteiro, e todos com sua identidade preservada (WIKILEAKS, 2011). Tudo isso é coordenado atualmente pelo jornalista e ciberativista Julian Assange, que se encontra protegido pela embaixada equatoriana até que estes aceitem ou neguem seu pedido de refúgio para o Equador (BBC, 2012).

Para muitos, o Wikileaks é uma nova tecnologia, que possibilita a emancipação política, pois, ao revelar os segredos da grande potência mundial, Estados Unidos, na exposição dos mais de 250 mil documentos liberados pelo site, contribuiu para aumentar a transparência política e fortalecer os princípios democráticos. Por outro lado, os responsáveis por tais vazamentos devem, segundo Spektor (2011), ser vistos como criminosos, pois a atuação deles contribui para a instabilidade de importantes relações bilaterais entre Estados, dificultando a já difícil relação que existe entre algumas nações, além do que, tais vazamentos constroem diplomatas em serviço no mundo todo.

A diplomacia é uma atividade feita discretamente, dessa forma, a necessidade de sigilo das informações diplomáticas não caberia ao momento de surgimento do fenômeno Wikileaks. Entretanto, a transparência de tais informações dá a toda a população a possibilidade de avaliar e controlar as decisões do governo, interferindo até mesmo na política externa de seu país. O combate acirrado entre a democratização da informação e o sigilo necessário à diplomacia são o tema central deste artigo, cuja discussão apresenta relevância no âmbito das relações internacionais. Para a abordagem proposta, foi utilizada metodologia baseada em Severino (2002), tendo por base uma análise documental e uma reflexão a partir da perspectiva das Relações Internacionais e de sua interação com a comunicação, especificamente com o jornalismo investigativo.

Também foi realizada neste trabalho uma análise a partir do monitoramento do tema Wikileaks e do nome de seu criador – Julian Assange – nas mídias sociais, especificamente no Twitter, e nas tendências do Google. Com o auxílio de algumas ferramentas específicas de monitoramento, os resultados são apresentados em gráficos, seguidos de interpretação.

Diplomacia X informação plena

Uma boa interação entre governantes e governados necessita de uma informação verdadeira para que possam tomar decisões juntos e para que a população possa controlar a administração do governo. No entanto, algumas informações são limitadas a governantes e diplomatas e isto não cabe em regime democrático, no qual a publicidade e o acesso às informações são regras. Sendo assim, esses regimes costumam resguardar tais informações, que só se encontram em acesso pleno depois de transcorrido certo tempo, ou seja, alguns documentos são qualificados como sigilosos e essenciais à segurança do Estado e de seus cidadãos (LAFER, 2011).

Paralelamente, segundo Celso Lafer, esses arquivos, quando armazenados em computadores, tornam-se mais vulneráveis à ação de sites como o Wikileaks. Em 2010, o site criado pelo jornalista australiano Julian Assange disponibilizou mais de 250 mil documentos diplomáticos dos Estados Unidos; entre alguns, encontravam-se documentos de alto sigilo sobre questões políticas e crimes de guerra. Foi assim que a organização transnacional agitou e ainda agita a ordem internacional (WIKILEAKS, 2011).

Diante disso, duas frentes relatam suas opiniões sobre o assunto: por um lado, os que defendem o Wikileaks e seu objetivo de maior liberdade de expressão e maiores direitos de divulgação em uma democracia plena; por outro, os que acreditam que isso representa um desastre enorme ao serviço diplomático, o que desestabilizará as já difíceis relações existentes entre as nações (WIKILEAKS, 2011).

O Wikileaks e sua conduta de transparência

Em uma democracia, Bobbio (2004 *apud* LAFER, 2011) diz que o poder comum é uma das “regras de jogo”, em que a transparência política dá aos cidadãos a possibilidade de avaliar ou controlar as decisões governamentais. Entretanto, as mentiras fazem parte dos governos que necessitam guardar segredos, e estes segredos permitem a omissão das mentiras.

Dessa forma, percebe-se que, por meio da desinformação da sociedade, é possível produzir evidências falsas oriundas de informações classificadas como “ultrassecetas”. Alguns vazamentos do Wikileaks sobre a guerra no Iraque comprovam que a mentira era um componente necessário para afirmar a legitimidade do poder dos Estados Unidos mundo afora, deixando-os violar os direitos humanos e facilitando uma intervenção no país, ignorada pelas grandes potências (SPEKTOR, 2011).

Os vazamentos buscam em parte, então, reverter o impacto político/moral positivo que obtiveram os Estados Unidos em uma guerra não justificada, na qual milhares de inocentes morreram. A partir de tais vazamentos, foi possível desenvolver mecanismos que, mais à frente, poderão dificultar o uso da mentira por parte dos governos de cada Estado (SPEKTOR, 2011).

Sendo assim, o Wikileaks se coloca como realizador do jornalismo investigativo, no qual opera com outros suportes de mídia para levar as notícias às pessoas; na opinião de Julian Assange (*apud* BURBURINHO; PASSOS, 2011, s. p.), principalmente, “para provar que essas notícias são verdadeiras”. Para ele, o jornalismo investigativo permite que se leiam as notícias e se tenha contato com o documento original no qual elas foram baseadas. Assim, cada um pode julgar se a notícia é verdadeira ou não e se ela foi reportada de maneira correta.

A organização acredita que, com a publicidade dos fatos, se melhora a transparência, criando uma sociedade melhor para as pessoas. Um país corrupto ou antiético é uma ameaça para todos. Um comportamento melhor exige vigilância de todos e os vazamentos do Wikileaks, quando aliados ao jornalismo, podem derrubar e controlar administrações que tentem esconder a verdade de seus cidadãos (WIKILEAKS, 2011).

Os Estados Unidos, maior alvo da maioria de publicações do site, não ficaram sem reação. Sendo assim, levaram o soldado responsável por transmitir os documentos ao Wikileaks a julgamento e este recebe hoje tratamento inadequado e humilhante (SPEKTOR, 2011). Além disso, o presidente Barack Obama já busca argumentações jurídicas para processar Julian Assange. Houve também pressões para forçar as empresas que prestam serviços ao Wikileaks a encerrar todas as suas atividades com o site. Por fim, tentaram fechar os servidores que lhe serviam de apoio, tentativa esta que foi em vão (DEMOCRACIA E POLITICA, 2011).

A prisão de Julian Assange na Inglaterra, determinada por um mandado internacional emitido pela Suécia, deixou a situação ainda pior. Ele recebeu acusações de coerção ilegal, assédio sexual e estupro, no entanto, sua prisão coincidiu exatamente com o maior vazamento de documentos diplomáticos da história, feito pelo site que administra (TERRA, 2010). Após pagar fiança para não ficar em mãos inglesas e correr o risco de ser extraditado para a Suécia, pois esta facilitaria sua entrega ao governo estadunidense, Assange pediu refugio ao governo do Equador, e se encontra hoje sob a proteção de sua embaixada até que o governo do país recuse ou não seu pedido de refugio (BBC, 2012).

No entanto, o Wikileaks se transformou em um fenômeno após toda essa exposição, e pode até virar um expoente cada vez mais comum seguido por redes autônomas e autorreguladas que são promovidas por ativistas sociais, e cujo objetivo é ressaltar a política internacional. É contraditório, porém, sair dizendo ao mundo que o país “campeão” da liberdade de expressão e maior defensor e promotor da democracia possa realizar um ataque desses como resposta à mídia livre (SPEKTOR, 2011).

A secretária de Estado Hillary Clinton chegou a fazer um discurso em defesa da liberdade de expressão na internet, contra as ações que o governo chinês impunha ao Google. Ela declarou: “Mesmo em países autoritários, governados por ditadores, redes de informação têm ajudado pessoas a descobrir novos fatos e feito governos mais transparentes” (*apud* BURBURINHO; PASSOS, 2011, s. p.). Pode-se dizer, assim, que se torna inaceitável o governo estadunidense atacar o governo estrangeiro esquecendo-se de seus atos.

Juliano Maurício de Carvalho, professor, e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Televisão Digital da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), acredita que, caso o Wikileaks sobreviva à reação das grandes potências que foram afetadas pelos vazamentos de suas informações secretas, ele poderia ganhar uma fundamental credibilidade e viria a ser uma grande enciclopédia pública na internet (DEBATE, 2011).

A diplomacia sigilosa

A diplomacia tem seu principal fundamento na ideia de que os Estados e seus cidadãos devem se comunicar e interagir de maneira institucionalizada e em um mundo compartilhado. Antigamente, a diplomacia mais tradicional lidava com temas restritos em sua agenda, contudo o volume de arquivos diplomáticos de um país era bem menor. Hoje, ao contrário, a diplomacia contemporânea é caracterizada pela complexidade da dinâmica que existe em um mundo globalizado, bastante interdependente e heterogêneo (LAFER, 2011).

Suas várias pautas, que se estendem a questões de paz, guerra, segurança, terrorismo, direitos humanos, comércio internacional, cooperação e até sustentabilidade ambiental, necessitam de muita informação e de boa qualidade. No entanto, como antigamente o suporte para tais arquivos era o papel, tendo maior segurança e durabilidade, com a Revolução Digital, esses arquivos passaram a ser armazenados digitalmente e,

mesmo ganhando na agilização da pesquisa e no maior armazenamento pelo computador, o risco de vazamentos e de desaparecimento de tais documentos é infinitamente maior (LAFER, 2011).

Ainda segundo a opinião de Lafer (2011), a diplomacia considera que, em uma democracia, os governos devem levar em conta a opinião pública e dar a estas indicações da direção de qualquer processo. Entretanto, sem um mínimo de sigilo, é impossível que haja condições de efetuar uma negociação. O autor defende que não se podem entregar à curiosidade pública as hesitações, não por certo período de tempo, em que seus objetivos e intenções não devem estar totalmente claros, pois estes podem cortar os caminhos ao entendimento.

Atualmente, a diplomacia não é mais como foi no passado, ou seja, uma atividade sigilosa, mas convém que ela seja no mínimo uma atividade discreta para que suas funções sejam bem exercidas. Cabe à função de um diplomata representar bem seu Estado, proteger os interesses deste e de seus nacionais, e promover econômica e culturalmente seu país. Para tudo isso, e para se manterem boas relações entre Estados e, talvez, resolver conflitos, é necessário estar atualizado e com boas informações, o que pode até parecer, mas não é uma tarefa simples (LAFER, 2011).

Sendo assim, essa atividade de garimpar informações deve também ser discreta, pois boa parte do que se tira delas será transmitido pelos telegramas diplomáticos às chancelarias de seu Estado. Por isso, a necessidade do sigilo por um tempo, só assim se pode evitar constrangimentos e continuar com o caminho aberto para a nova busca e retenção de múltiplas fontes de informações (LAFER, 2011). Em negociações complexas, conforme indica Spektor (2011), o segredo e o sigilo são decisivos para se criar um ambiente favorável para ambos os lados. Portanto, é necessário preservar a atividade de informar, representar e negociar, pois é isso que justifica, em uma democracia, a existência do sigilo e da não transparência nas atividades diplomáticas.

Nesse sentido, as revelações feitas a partir do vazamento de informações pelo site Wikileaks podem representar uma tragédia não só ao serviço diplomático estadunidense, mas sim ao de todos os Estados, pois todos os indivíduos, membros familiares ou funcionários do governo, têm o direito de ter sua privacidade e o sigilo de suas informações pessoais e institucionais mantidos (ALMEIDA, 2011). A exposição de quaisquer conversas sigilosas ou secretas desestabiliza a relação entre as nações, e, de agora em diante, poderá

limitar o compartilhamento de informações sensíveis de alguns países com os Estados Unidos (SPEKTOR, 2011).

Ainda assim, o ministro da Defesa dos Estados Unidos Robert Gates se mostra sereno sobre isso e sobre a segurança de seu Estado. Para ele “os governos que lidam com os Estados Unidos o fazem porque é de seu interesse, não porque eles nos amam, nem porque confiam em nós, nem porque acreditam que nós sabemos guardar um segredo” (GATES *apud* HALIMI, 2011, s. p.).

Sem dúvida alguma a preservação do sigilo de algumas informações é essencial para que governos e empresas ou até mesmo indivíduos tomem decisões corretas. E, ainda, caso fossem expostas publicamente, poderiam prejudicar seus interesses ou os de seu Estado. Almeida (2011) diz que a falta de tal confidencialidade geraria um número muito maior de conflitos entre os Estados. Para esse diplomata brasileiro,

[...] o Wikileaks representa um paraíso para os jornalistas, um inferno para os diplomatas (não apenas americanos cabe esclarecer) e um possível limbo para os futuros historiadores e pesquisadores, que amargarão as consequências das eventuais delícias do presente (ALMEIDA, 2011, s.p.).

Ainda na opinião do diplomata, o soldado nacional americano que transmitiu as informações ao site, cometeu um crime dentro do serviço público. Ele está sendo processado por tal crime e deve pagar por seu comportamento. Spektor (2011), porém, considera que, quando o caso legal é contra o Wikileaks, tudo se torna mais difícil, pois, pela legislação estadunidense, qualquer argumentação esbarra no fato de Julian Assange ser estrangeiro e ainda não poder ser extraditado para os Estados Unidos.

Há outro argumento, a favor da diplomacia sigilosa, com base no qual o Wikileaks afetaria o trabalho de historiadores, pois não há dúvidas de que os vazamentos geram constrangimento à diplomacia estadunidense e à de vários outros países, até mesmo do Brasil. Sendo assim, a autocensura e o silêncio só aumentarão mais, na medida do possível, na circulação de informações entre países e diplomatas, sendo poucos os que terão acesso privilegiado aos dados secretos. No entanto, alguns estudiosos acreditam ser cedo para tirar tais conclusões, pois o governo dos Estados Unidos possui uma das legislações mais favoráveis ao trabalho de historiadores, garantindo sempre acesso e suporte que não se encontra em outros lugares. É difícil para o Wikileaks conseguir transformar a atual realidade (SPEKTOR, 2011).

Wikileaks e Julian Assange nas mídias sociais

As mídias sociais têm grande importância na sociedade de hoje. A opinião dada nas redes deve ser considerada e apurada, pois mostra uma expressão do público e seu pensamento sobre as revelações do Wikileaks. Sendo assim, o monitoramento visou a mostrar e dar importância a essas mídias enquanto expressão de parte da sociedade.

Para melhor explanação da polêmica em torno do Wikileaks, foi realizado o monitoramento do termo Wikileaks e do nome de seu criador Julian Assange, a partir de bases de dados de mídias sociais e de mecanismos de busca, como forma de levantar o que a opinião pública pensa sobre o assunto.

Para tanto, foram escolhidas as ferramentas Archivist, Amplicate e Google Trends. A primeira combina diversos dados e faz uma comparação, por meio de gráficos, de como o assunto foi tratado no Twitter em determinada data.

O resultado do monitoramento do termo Wikileaks por meio da ferramenta Archivist pode ser visto na Figura 1.

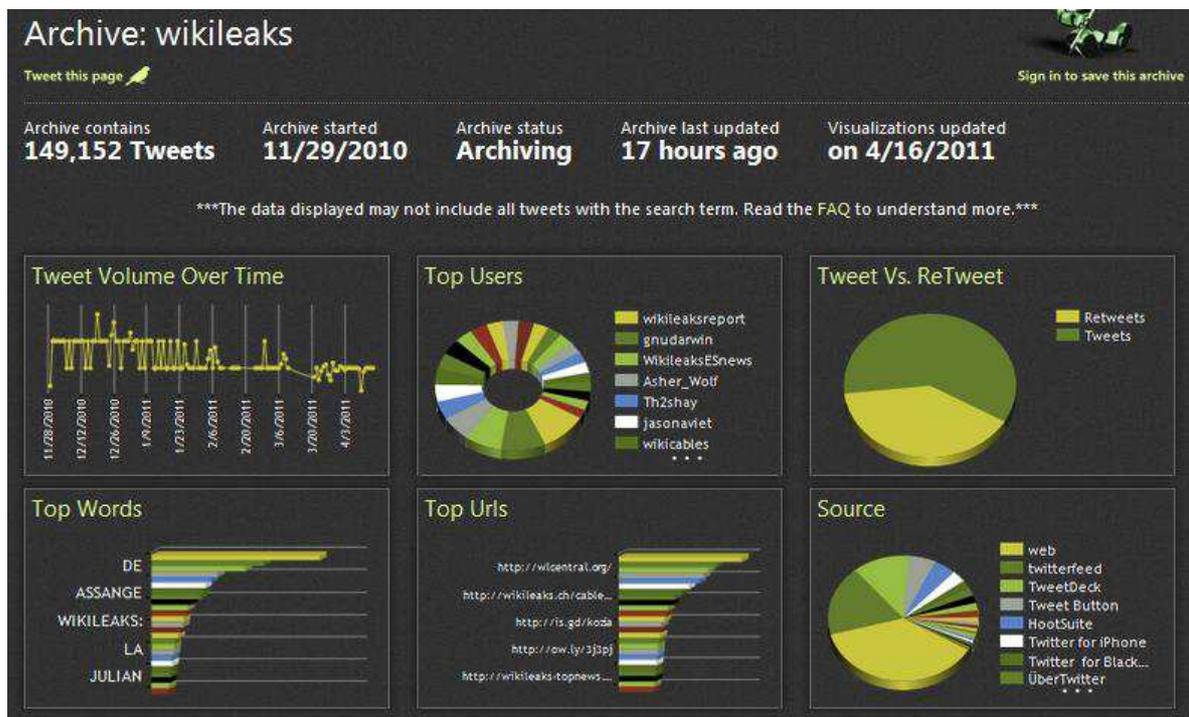


Figura 1 - Monitoramento do Archivist com o termo Wikileaks.

Fonte: <http://archivist.visitmix.com/>

A ferramenta mostra, na sequência de gráficos, o volume de tweets, os usuários que mais comentaram e o quanto comentaram sobre o assunto, a quantidade de tweets e

retweets, as palavras mais usadas nos tweets, as principais urls* e serviços-fonte dos tweets. Percebe-se, por meio dessa ferramenta, o quanto a notícia da divulgação dos documentos estadunidenses fora comentada na mídia social Twitter, mostrando a opinião da sociedade sobre o caso.

Outra ferramenta utilizada foi a Amplicate. Como o assunto teve bastante repercussão nas mídias sociais, esta ferramenta mostra as posições negativas e positivas sobre o assunto. Pode-se perceber, conforme a Figura 2, que as referências positivas ao Wikileaks chegaram a 61%, e superaram aquelas feitas a seu criador, mostrando um apoio maior da sociedade à organização do que propriamente a Julian Assange que ficou com 53% de referências positivas.



Figura 2 - Monitoramento do Amplicate com o termo Wikileaks e o nome Julian Assange

Fonte: <http://amplicate.com>

*Urls (Uniform Resource Locator): é o endereço de um recurso disponível em uma rede.

Logo abaixo (Figura 3), encontra-se o monitoramento por meio do Google Trends. Pode-se verificar, pelo gráfico, a repercussão nos últimos meses ou até mesmo dias. Pelo gráfico, percebe-se que as maiores repercussões se encontram no período correspondente à época da prisão de Julian Assange, e na publicação dos mais de 250 mil documentos estadunidenses.

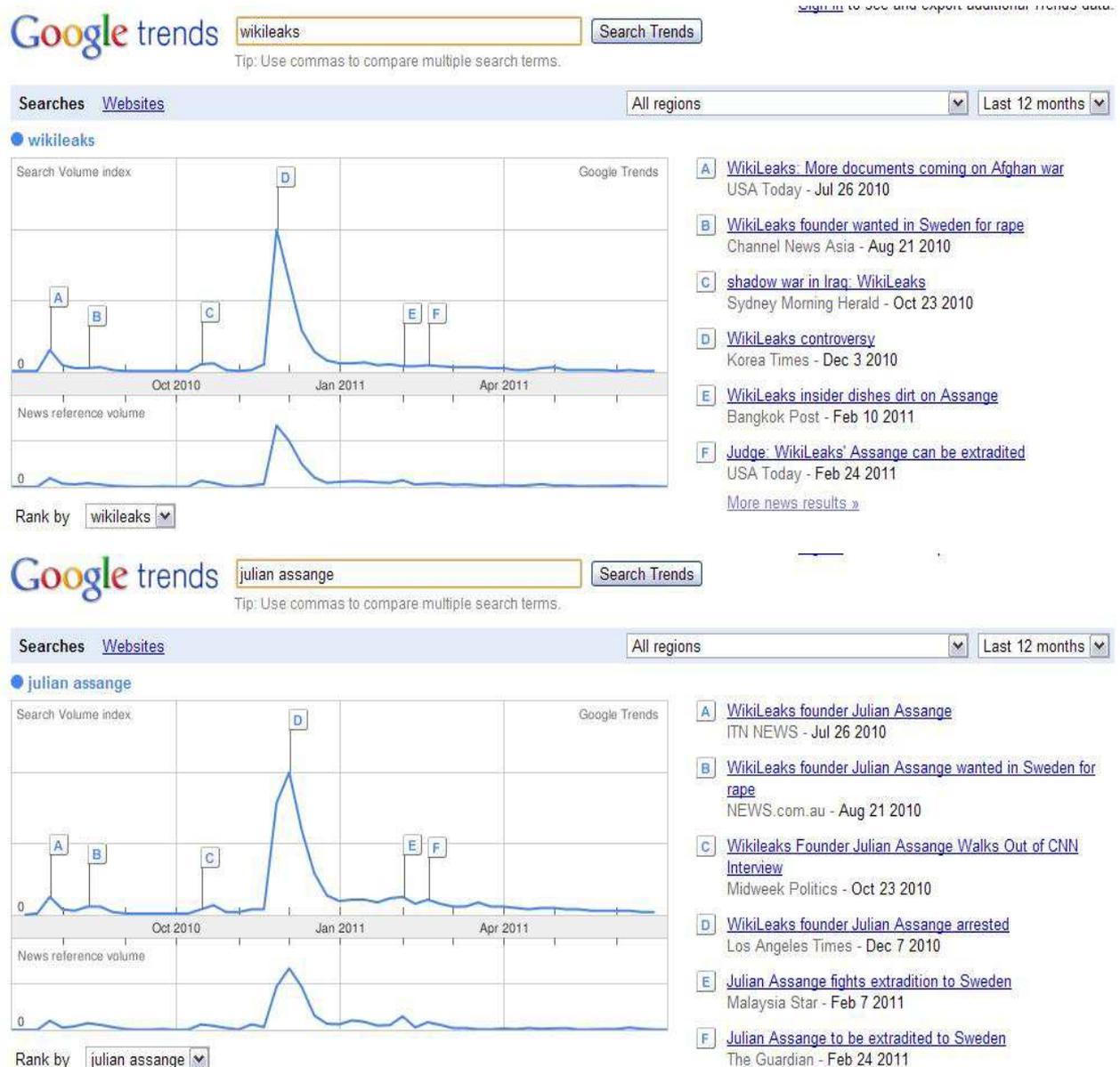


Figura 3 - Monitoramento do Google Trends com o termo Wikileaks e o nome Julian Assange

Fonte: <http://www.google.com/trends>

Na mesma ferramenta, também se encontram as regiões onde mais se falou sobre o Wikileaks, que foram Índia, Austrália, Suécia e Alemanha, podendo ser visto, ainda, em quais línguas mais se comentou sobre o assunto.

Considerações Finais

Pode-se dizer com base no que fora explanado, que é provável que a diplomacia passe a ter mais cuidado com suas informações e documentos, buscando preservar sua privacidade e a de seu país ao máximo. É provável, também, que haja maior preocupação por parte daqueles que acessam informações sigilosas, ocorrendo maior restrição às pessoas que terão contato com tais informações.

Contudo, toda essa exposição feita pelo Wikileaks tem algum sentido, afinal, a organização deseja e está alcançando uma das grandes discussões da política internacional dos últimos anos. Para Julian Assange e seus apoiadores, o direito à informação é essencial em regimes democráticos, sendo os órgãos de comunicação os responsáveis por levar as notícias aos cidadãos de seu país. No entanto, do ponto de vista das relações internacionais e da diplomacia, é preciso entender que a imprensa deve assumir um papel ético e responsável, não divulgando aquilo que prejudique ou coloque em risco a segurança de seu Estado.

Essa polêmica e os desafios colocados pelo Wikileaks mostram que é importante que a democracia se eleve ao nível máximo, mas resguardar, em todos os sentidos, o respeito e a ética aos trabalhos diplomáticos é igualmente importante, assim como estes devem ser tão valorizados quanto o jornalismo investigativo. Se ambos os setores trabalharem não para desmistificar ou acabar com a atuação um do outro, talvez obtenham êxito ao fazer sua parte em prol do melhor para a sociedade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Roberto. Wikileaks: verso e reverso, **Mundorama**. Disponível em: <<http://mundorama.net/2011/01/14/wikileaks-verso-e-reverso-por-paulo-roberto-de-almeida/>>. Acesso em: 04 jul. 2011.

BBC, Mundo. **El difícil camino de Julian Assange hacia Ecuador**. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/mundo/noticias/2012/06/120620_assange_obstaculos_extradicion_a_r.shtml>. Acesso em: 20 jun. 2012.

BURBURINHO, Stanley; PASSOS, José Meirelles. **Wikileaks**: a ação política do rabino Sobel. Disponível em: <<http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/wikileaks-a-acao-politica-do-rabino-sobel>>. Acesso em: 27 jun. 2011.

DEBATE. Wikileaks ainda tropeça no jornalismo. **Mídia Com Democracia**, Brasil, n. 11, p.14-15, 01 mar. 2011.

DEMOCRACIA E POLÍTICA. **Estados Unidos versus Wikileaks**. Disponível em: <<http://democraciapolitica.blogspot.com/2011/04/estados-unidos-versus-wikileaks.html>> Acesso em: 01 jul. 2011.

HALIMI, Serge. Verdades, mentiras e Wikileaks. **Le Monde Diplomatique**, Brasil. 03 jan. 2011. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=846&PHPSESSID=63fc10c95c4a40f7abfb0d5f8c743a15>>. Acesso em: 03 jul. 2011.

LAFER, Celso. Vazamentos, sigilo, diplomacia: a propósito do significado do Wikileaks. **Política Externa**, Brasil, v. 19, n. 4, p.11-17, 01 mar. 2011.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 22a ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SPEKTOR, Matias. Wikileaks nas relações internacionais. **Política Externa**, Brasil, v. 19, n. 4, p.19-29, 01 mar. 2011.

TERRA. **Julian Assange, fundador do WikiLeaks, é detido em Londres**. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/mundo/noticias/0,,OI4830972-EI8142,00Julian+Assange+fundador+do+WikiLeaks+e+detido+em+Londres.html#tarticle>> Acesso em: 04 jul. 2011.

WIKILEAKS BRASIL. **O que é o Wikileaks?** Disponível em: <http://wikileaksbrasil.org/?page_id=891> Acesso em: 18 jun. 2011.